

Câmara rejeita destaques à MP do funcionalismo; texto vai ao Senado

Thaís Raeli
Da Reportagem

Os deputados concluíram, na terça-feira, 5 de agosto, a votação da Medida Provisória 431/08, que reajusta os salários de cerca de 1,4 milhão de servidores. A MP beneficia 800 mil integrantes de 16 carreiras e categorias do funcionalismo público federal e 600 mil militares das Forças Armadas. A matéria, aprovada na forma do projeto de lei de conversão do deputado Geraldo Magela (PT/DF), será analisada agora pelo Senado.

de servidores públicos. Segundo o relator, o texto final “não deixa dúvidas” de que será garantida a paridade do reajuste de proventos aos servidores que se aposentaram com esse direito previsto pela legislação.

Todos os destaques para votação em separado apresentados à matéria foram rejeitados. A maior parte deles tinha o objetivo de permitir aos servidores de apoio da Polícia Federal o acúmulo de gratificações modificadas pela MP.

Pedidos

Em relação a várias outras reivindicações, Magela disse que todas foram analisadas, mas

Foto: Wilson Dias/ABR



Destaques do texto que trata dos reajustes de 1,4 milhão de servidores foram votados depois do recesso parlamentar

Entre os pedidos citados, estão: igual remuneração para os fiscais agropecuários e os técnicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); e a antecipação da vigência de tabela de vencimentos da Polícia Rodoviária Federal. Magela explicou que as reivindicações serão novamente analisadas pelo Poder Executivo em uma mesa de negociações, ou implantadas posteriormente à transformação da MP em lei.

Novos cargos

A MP cria cargos em três áreas distintas. Para o Hospital das Forças Armadas (HFA), são abertas 512 vagas de médico, 236 de especialista em atividades hospitalares e 836 de técnico

em atividades médicas e hospitalares.

No Ministério da Educação, são criados 354 cargos de professor titular do ensino básico, técnico e tecnológico, para serem distribuídos de acordo com as necessidades das instituições.

Polícia Rodoviária

Em relação à Polícia Rodoviária Federal, a MP cria três mil cargos de provimento efetivo, aumentando o total para cerca de 13 mil servidores.

Segundo determina a MP, o policial rodoviário que ingressar na carreira permanecerá no local de sua primeira lotação por, no mínimo, três anos exercendo atividades de natureza estritamente operacional voltadas ao

patrulhamento ostensivo e à fiscalização de trânsito. O objetivo é melhorar as ações nas rodovias federais.

A maior novidade, porém, é a necessidade de curso superior para ingresso na carreira, exigência incluída pelo relator. Magela também mudou as atribuições e denominações das classes da carreira, que passam a se chamar classe de inspetor, agente especial, agente operacional e agente.

Auxílio-moradia

As normas para concessão do auxílio-moradia aos servidores também são mudadas pela MP. O prazo máximo de concessão passa de cinco para oito anos, dentro de um período de doze

anos. A qualquer servidor, independentemente do valor do cargo em comissão que exerça, será garantido o valor mínimo de R\$ 1,8 mil, podendo alcançar até 25% do valor do cargo.

Esse auxílio é devido a servidor que tenha se mudado do local de residência para ocupar cargo em comissão ou função de confiança de DAS 4, 5 e 6; de natureza especial; de ministro de Estado ou equivalente.

A MP permite, ao servidor em licença para tratar de interesses particulares, exercer atividades como participar de gerência ou administração de sociedade privada e comércio.

(Com Diap/ Agência Câmara)



Relator disse que distorções continuarão na discussão

O texto base modificado foi aprovado em 16 de julho, um dia antes do recesso parlamentar. A peça ganhou uma nova redação num dos itens mais polêmicos: a aplicação do índice de reajuste do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) às aposentadorias e pensões

ressaltou que não pôde acatar muitas pelo fato de aumentarem despesas ou por tratarem de assuntos de iniciativa exclusiva do presidente da República. “O esforço de discussão não foi em vão, pois novas frentes de debate com o Poder Executivo foram abertas”, afirmou.

Mais de 260 emendas foram acrescentadas

Mais de 260 emendas apresentadas à Medida Provisória 431/2008 entraram na pauta de votação do Congresso só em agosto. A falta de entendimento entre os parlamentares adiou a apreciação dos destaques que apontavam as distorções. A MP 431 foi aprovada mesmo sem consenso dos congressistas e as emendas entraram na votação depois do recesso.

Em alguns casos, as distorções tratam dos servidores que foram excluídos da Gratificação de Combate a Endemias (Gacen). O relator da medida provisória, o deputado Geraldo Magela (PT/DF) reconheceu que cerca de 4 mil agentes da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) são prejudicados com a MP 431. A peça traz a revisão das tabelas de forma escalonada até 2010 e é tratada de forma independente de

acordo com a categoria e em parcelas diferenciadas.

Antes de passar pela Câmara, o relator lembrou que com essa medida haverá a simplificação da folha de pagamento, já que atualmente os funcionários da União recebem o Vencimento Básico (VB) e até dez gratificações para complementar o provento. Com isso, ocorre a implementação de um único acréscimo que seria a Gratificação de Desempenho Funcional.

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) segue reivindicando as correções de todos os problemas. Nos dias que antecederam a votação, os diretores do Sindsep-MT estiveram em Brasília para acompanhar as reuniões com o Ministério do Planejamento, entre outras. Enquanto isso, o sindicato segue pres-

sionando para que o governo publique a 2ª MP que trará reajuste para outros 300 mil trabalhadores da União que não foram contemplados nesse primeiro momento.

Apesar dos destaques ao texto que trata dos reajustes para cerca de 1,4 milhão de servidores só serem votados após o recesso parlamentar, o presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida, acredita que a categoria já tem muito o que comemorar. A Medida Provisória contempla integrantes de 16 carreiras e categorias do funcionalismo público federal (800 mil servidores) e das Forças Armadas (600 mil). No texto constam 175 artigos e foram apresentadas, pelos sindicatos e confederações representantes da categoria, mais 260 emendas para corrigir algumas distorções.

Índios

Bakairis comemoram 12 anos de Associação

 Thaís Raeli
 Da Reportagem

A Associação Indígena Kura-Bakairi completou no mês de julho seu décimo segundo aniversário. Ao longo desses doze anos, os índios puderam comemorar muitas conquistas, principalmente no que se refere ao resgate da identidade e autoestima de um povo que tem sido massacrado com a idade contemporânea.

A mistura do antigo e do novo trouxe aos índios luz elétrica e aos poucos eles conquistam e usufruem da mesma

qualidade de vida do homem da cidade. A tribo Bakairi (Paranatinga e Planalto da Serra) tem mais de 900 índios, nas dez aldeias existentes, que estão lutando pela criação de um pólo base de saúde num projeto encaminhado tanto ao município, quanto ao Estado e a União.

Segundo o fundador da Associação, Estevão Carlos Taukame, técnico indigenista da Fundação Nacional do Índio (Funai), a mais recente conquista foi a garantia do encaminhamento dos recursos da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS) do Ministério da Saúde (MS) para a população daquela região, o que

gira em torno de R\$ 20 a 30 mil por mês.

“Os índios têm uma cultura bonita e forte e precisa ser aproveitado o uso dessas expressões culturais. Antes, muitos índios achavam que o homem branco era o dono do conhecimento”, lembrou Estevão.

Além disso, o líder indígena alertou as autoridades sobre a demarcação de terras, tema que gera polêmica com os agricultores.

A preocupação de Taukame se sustenta no crescimento populacional das aldeias e projeta que em 50 anos, os 60 mil hectares não sejam suficiente para suportar essa demanda.



Comunidade indígena comemora conquistas através de movimentos sociais

Informe ao filiado

Diretoria se reúne no Sindsep-MT

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) realizou no sábado, 26 de junho, uma reunião ordinária com o Sistema Diretivo do Sindicato para tratar de temas como prestação de contas do primeiro semestre de 2008 e avaliação da atual gestão.

Na ocasião, também foi discutido o reajuste do salário dos funcionários e prestadores de serviço do sindicato. Ficou definido a confecção de uniformes e também foram apreciadas as quantidades de filiações e desfiliações.

A reunião também abordou a convocação para o cargo de segundo Secretário Geral, segundo Secretário de Política Sindical e segundo Secretário de Assuntos Jurídicos. Os cargos das pastas foram ocupados pelos suplentes que são a diretora Iracy Oliveira Ferreira (Política Sindical) e a diretora Amélia Alves Santana (Assuntos Jurídicos).

Além disso, o seminário sobre a transferência dos funcionários da Funasa cedido ao Estado e aos municípios, o curso de formação sindical para diretores e delegados de

base, a participação na semana de treinamento do sistema Bisa e a deliberação das convocatórias da Condsef do dia 16/08 (In-cra), do dia 28/08 (CDE) e 29/08 (Plenária Nacional da Condsef) foram pautados nesse encontro.

Também foi revista a constituição da Comissão de Ética conforme deliberação do congresso, para prosseguir com os processos administrativos contra os ex-diretores, bem como foi verificado a composição do Conselho Fiscal, conforme prevê o estatuto.

Sindsep-MT realiza encontro com servidores no Nortão

A diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) esteve entre os dias 2 e 18 de julho visitando os municípios do Nortão e realizando reuniões com a categoria.

Participaram da viagem, o presidente, Carlos Alberto de Almeida, os diretores Marinézio Soares Magalhães e Enildo Gomes e a secre-

tária Ana Olívia.

De acordo com Carlos, cada encontro foi um importante momento para divulgar as ações do sindicato, fortalecendo a luta e atraindo novas filiações. Nas pautas das reuniões, se discutia principalmente as emendas da MP 431, a aprovação da 2ª MP e as tabelas de cada categoria.

Segundo o presidente, foi possível aprofundar os

conhecimentos sobre os órgãos, as necessidades de cada município e diminuir a barreira da distância. Mais de 200 pessoas participaram das reuniões, muitas delas já filiadas, mas houve cerca de 30 novas filiações.

Dessa vez, a viagem contemplou 13 municípios nas seguintes pastas: Funasa, Receita Federal, Conab, INSS, Ceplac e Funai. (TR)

Anistiados do Serpro voltam ao funcionalismo público

Foram publicadas, no final do mês de junho e no início de julho, no Diário Oficial da União, as primeiras portarias para o retorno imediato dos demitidos e anistiados do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) que deixaram seus postos no governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello. Em Mato Grosso, quatro nomes contemplaram a lista.

Dezoito anos depois da perseguição política da Era Collor aos servidores federais, a história caiu no esquecimento da grande população, mas sempre esteve viva na memória dos demitidos e anistiados, que só agora vêem a resposta de quase duas décadas de luta.

O Sindsep-MT sempre esteve presente na luta e na atual gestão a diretoria do sindicato participou das reuniões em Brasília para cobrar esse compromisso de campanha do

presidente Lula. Além da Serpro, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) vai reintegrar mais três servidores conforme a publicação do D.O. de 15 de julho. (TR)

Lista dos servidores:

Serpro:

Sidney Benvindo Silva
 Zileide Ramos de França
 Eudes Marcelo Gomes de Moraes
 Luiz Carlos de Lima

Conab:

Ivando Luiz Araújo
 Petrônio de Aquino Sobrinho
 Sizenando Miralla Santos

DNPM: Negociações continuam mesmo depois de acordo firmado

Depois de realizar assembleias que discutiram proposta do governo, a maioria dos servidores do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) decidiu aceitar o que foi apresentado à categoria com restrições.

Representantes da categoria conseguiram garantir no acordo a criação de um grupo de trabalho (GT) que vai continuar discutindo melhoras na estrutura das tabelas remuneratórias do setor.

As tabelas negociadas para o DNPM seguirão na próxima medida provisória, ainda sem data confirmada para publicação. A Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) e o Sindsep-MT continuam buscando, através do processo negocial, avançar nas discussões com o objetivo de atender os anseios da categoria.

O processo de negociações no DNPM foi marcado por alguns pro-

blemas. A categoria estava perto de um acordo quando gestores do órgão entraram no circuito atrapalhando as negociações. Depois de muitas tentativas, a Condsef conseguiu reabrir o canal de diálogo no Planejamento. Agora, a entidade espera que nenhum obstáculo interfira na busca do reconhecimento e por melhores condições de trabalho para os servidores do DNPM.

Fonte: Condsef

EXPEDIENTE

Boletim Informativo do SINDSEP-MT

Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho, nº 82, bairro Poção. CEP: 78 015-630, Cuiabá/MT
 Telefones: (65) 3023 6617 / 3023 9338 - e-mail: sindsepmt@gmail.com

Jornalista Responsável: Thaís Raeli - DRT 26 645/RJ

Tel.: (65) 8126-0123 E-mail: jornalista@gmail.com

Diagramação/Edição de Arte: Mario Pulcherio Filho - 9214-8099

DIRETORIA EXECUTIVA: CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA (PRESIDENTE), ROOSEVEL MONTA (VICE - PRESIDENTE), DAMASIO DE SOUZA PEREIRA (1º SECRETÁRIO), LUIZ MAURO EVANGELISTA (2º SECRETÁRIO), EDSON LUIZ DOS SANTOS (1º TESOUREIRO), IDIO NEMÉSIO DE BARROS NETO (2º TESOUREIRO), ADEBAL CASTRO QUEIROZ (1º SEC. ADM), ADELINO FERREIRA CAMPOS (2º SEC. ADM), MAURÍCIO ALVES RATTACASO JÚNIOR (1º SEC. FORM. SIND), IRACY OLIVEIRA FERREIRA (2º SEC. FORM. SIND), JAMIL OURIVES JÚNIOR (1º SEC. JURÍDICO), AMÉLIA ALVES SANTANA (2º SEC. JURÍDICO), IDEVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA (1º SEC. INTERIOR), ADELIO DA SILVA JÚNIOR (2º SEC. INTERIOR), MARINÉZIO SOARES DE MAGALHÃES (1º SEC. IMPRENSA), ELIETE DOMINGOS DA COSTA (2º SEC. IMPRENSA), IZABEL SANTANA DA SILVA (1º SEC. APOS. E PENS), ENILDO GOMES (2º SEC. APOS. E PENS.), EDIVAN DA SILVA CAMPOS (1º SEC. ANIST. E DEDIT.), MANOEL ARNALDO DAS CHAGAS (2º SEC. ANIST. E DEDIT.), ROSINA DE ALMEIDA PAIVA (1º SEC. CULTURA), PATRÍCIO FERREIRA ORTIZ (2º SEC. CULTURA); **SUPLENTE PARA DIRETORIA EXECUTIVA:** SEBASTIÃO DE JESUS (1º), SAMUEL FERNANDES DE SOUZA (2º), FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO (3º), MIRTES BENEDITA RONDON (4º), FRED CEBALHO (5º), DONATO FERREIRA DA SILVA (6º); **CONSELHO FISCAL:** VALDEMAR RODRIGUES SILVA (1º), MANOEL JOÃO DA SILVA (2º), JUÁREZ JUSTINO DE BARROS (3º); **SUPLENTE:** JOÃO GALDINO (1º), ARCILIO DE BARROS FILHO (2º), JOSÉ GONZAGA DE FREITAS (3º)

Conab desenvolve programas sociais

Programas sociais eram desconhecidos entre a população

Em Mato Grosso, a principal ação social da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Inaugurado em julho de 2003, o PAA é um instrumento de estruturação do desenvolvimento da agricultura familiar, acionado após a etapa final do processo produtivo, no momento da comercialização, quando o esforço do pequeno produtor precisa ser recompensado com recursos que remunerem o investimento e a mão-de-obra e lhe permita reinvestir e custear as despesas de sobrevivência de sua família. Considerado como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero, o PAA constitui-se em mecanismo complementar ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf).

O objetivo imediato é a aquisição dos produtos oriundos da agricultura familiar na hora oportuna, por preço compensador, trazendo segurança e incentivo para o pequeno agricultor, que passa a planejar suas atividades pela perspectiva de um horizonte maior de previsibilidade. A partir desta ação de compra do governo federal, outros objetivos são delineados, tais como os que se seguem. Ocupação do



Agricultura familiar é favorecida através de programas sociais

Espaço Rural; Distribuição de Renda; Combate à Fome e Cultura Alimentar Regional. Sua operacionalização é simples, pois a compra é feita diretamente pela Conab, sem intermediários ou licitações, e com preço compensador. A compra é feita pela Conab até o limite de R\$ 2,5 mil por produtor/ano civil, utilizando os seguintes mecanismos:

Compra Antecipada - CPR Alimento - Anticipa-

se o pagamento dos produtos a serem adquiridos de grupos de agricultores familiares que não têm acesso ao financiamento de custeio do Pronaf: agroextrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, assentados da reforma agrária, acampados e comunidades indígenas. A entrega do produto é feita no momento da colheita, podendo ser pago, também, em dinheiro.

Compra Antecipada Especial - CPR Especial - São formalizadas com associações e cooperativas de agricultores familiares em duas modalidades. Uma delas é com a doação simultânea, quando entregam sua produção diretamente na instituição beneficiada. Outra possibilidade é com formação de estoque, quando recebem antecipadamente até 100% dos recursos para compra de matéria-prima, embalagens e rótulos, pagamento de produtor/fornecedor e despesas com beneficiamento.

Compra Direta - É a aquisição de produtos agropecuários definidos pelo Governo, a preços de referência, em pólos de compra, fixos ou volantes, instalados próximos aos locais de produção.

Contrato de Garantia de Compra - O Governo assegura, no período de plantio da safra, a aquisição dos produtos da agricultura familiar a preços compatíveis com a expectativa dos mercados regionais para a época da colheita. Após a colheita o produtor escolhe se vende a sua produção para a Conab, caso os preços de mercado estejam abaixo dos fixados no contrato, ou para o mercado, se os preços estiverem acima.

Entidades comercializam produtos com o apoio do PAA



Produtores rurais vendem produtos para Conab

Em todo o Estado de Mato Grosso, cerca de dez entidades entre Cooperativas e Associações comercializam produtos com o apoio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), desenvolvido pela Conab. O objetivo principal é a melhoria da renda e da qualidade de vida dos que fazem parte do programa e beneficiar famílias carentes com a doação dos produtos. Dentre as entidades estão: a Associação Família Casadão e Associação de Pequenos Produtores da Gleba Manah que juntas produziram em 2007/2008, cerca de 30 toneladas de polpa de frutas, entre abacaxi, buruti e manga. Ao todo são duas mil pessoas beneficiadas com o programa, nos municípios de São Felix do Araguaia e Canarana.

Na parceria com a Associação de Parceiros da Gleba Olaria, também no município de São Felix do Araguaia, ao menos 110 famílias foram beneficiadas este ano. Foram adquiridas pela Conab oito toneladas de peixes, entre Caranha e Matrinchá.

Com a compra de produtos como hortaliças e rapadu-

ras em pedaços da Cooperativa de Produtores Agropecuários de Canudos, ao menos 5.747 alunos de 16 escolas municipais foram beneficiados nos anos de 2007/2008, nos municípios de Dom Aquino e Campo Verde.

Já no município de Juína nos anos de 2007/2008, foram 26 instituições beneficiadas com cerca de 15 toneladas de mel. O produto é oriundo da Associação Rural Juinense Organizada para Ajuda Mútua (Ajopam), que envolve 100 produtores para a produção do mel.

No Assentamento Vale do Amanhecer localizado no município de Juína, uma indústria foi instalada para beneficiamento da castanha-do-Brasil. Neste ano a produção da indústria pode chegar a 50 toneladas por mês, que beneficia cerca de 500 famílias entre agricultores, índios das Etnias Rikbatsa, Zoró e Arara.

O instrumento utilizado pelas entidades é a doação simultânea. A Conab compra os produtos e doa para entidades carentes, escolas entre outras. Sendo assim, beneficiando a população de baixa renda.

Fonte: Assessoria Conab

Demonstração do Resultado			33.710.088/0001-94	
SIND DOS SERV PUBLICOS FEDERAIS DE MT			Período: Junho/2008	
Receitas Brutas			ENERGIA ELÉTRICA	856,78
(-) RESSARCIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO	1.210,71		HONORÁRIOS CONTÁBEIS	4.759,00
MIN PLANEJAMENTO	151,79		ÁGUA E ESGOTO	53,20
EXERCITO	3.154,42		INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO REDE INFORMATICA	200,00
MIN EDUCACAO (MEC)	16,10		MANUTENÇÃO REDE ELETRICA	60,00
MIN AGRICULTURA	3.478,59		MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	219,78
MIN FAZENDA	2.732,05		DESPESA C/COMBUSTÍVEL	309,37
MIN JUSTIÇA	32,80		MANUTENÇÃO DE VEÍCULO	267,50
POLICIA FEDERAL	21,98		DESPESA C/ ESTACIONAMENTO	10,50
MIN AERONAUTICA	35,08		CORREIOS E POSTAGENS	33,60
MPAS/SAS	182,24		CÓPIAS E REPRODUÇÕES	87,82
MIN SAUDE	128,03		MANUTENÇÃO LINHAS TELEFONICAS	40,00
D R T	518,90		HONORARIOS ADVOCATICIOS	2.500,00
CEFET/MT	79,98		DESPESAS DE CONSUMO	287,28
U F M T	263,81		KENTEL PLUS ALARME	180,00
FUNAI	4.123,70		CONDSEF	1.500,00
D N P M	25,80		MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO	200,00
FUNASA	10.814,97		MENSALIDADE COPIADORA	300,00
A N V S	29,71		COPIAS EXCESSO	278,20
D N I T	426,27		HUNO CONS E TREINAMENTO S/C	800,00
A G U	28,80		VIAGENS	3.099,48
IBAMA	754,63		MENSALIDADE SOFTWARE NETSPEED	146,86
MIN COMUNICAÇÕES	537,94		JORNAL O COMPROMISSO	1.150,00
INCRA	6.067,94		ACORDO JUCIDIAL	4.000,00
I B G E	37,49		ASSESSORIA	1.000,00
MIN TRANSPORTES	3.085,58		CUT MT	600,00
I N S S	831,49		DESPESAS COM SITE (INTERNET)	680,00
MIN MARINHA	100,01		CUT NACIONAL	3.000,00
CONAB	759,34		DESPESAS COM RECADASTRAMENTO MP	484,14
D P R F	99,18		PAGTO EMPRESTIMO	9.000,00
M M E	91,95		BISA SIST AUTOMACAO LTDA	850,00
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS	58,92		ASNAB ASSOC NAC EMPREG CONAB	603,94
EMPRESTIMO EM DINHEIRO	15.000,00	52.458,78	DESPESAS MANUTENÇÃO	322,50
(-) Deduções			MARCHA MST NOS DIAS 05 A 13/06/08	270,00
RECEITA LÍQUIDA		52.458,78	(-) Despesas Gerais e Trabalhistas	
SUPERÁVIT BRUTO		52.458,78	SALÁRIOS	1.988,10
(-) Despesas Financeiras			FGTS	148,00
TARIFAS DE MANUTENÇÃO DE CONTA	15,00		INSS	614,20
TARIFAS BANCARIAS	4,00		VALE TRANSPORTE	360,80
TAR SAQUE CONTRA RECIBO	2,00		AJUDA ALIMENTAÇÃO	100,00
JUROS BOLETOS BANCARIOS	65,51		PARCELAMENTO INSS	2.593,72
TARIFA PACOTE DE SERVIÇOS	21,00		PARCELAMENTO FGTS	953,19
JUROS EMPRESTIMO	500,00	607,51	ESTAGIARIA SETOR JURIDICO	500,00
(-) Despesas Administrativas			AJUDA DE CUSTO PRESIDENTE	4.000,00
MATERIAIS DE LIMPEZA	86,79		ACORDO JUDICIAL MARIA MARINA	1.000,00
PRESTAÇÃO SERVIÇOS LIMPEZA	30,00		ACORDO JUDICIAL IDINETE DOURADOS	1.000,00
TELEFONIA E TELECOMUNICAÇÕES	366,31		AJUDA DE CUSTO DIRETORES	1.000,00
MARIA DE JESUS DA SILVA			CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA	
CONTABILISTA			PRESIDENTE	
C.R.C. : MT-009536-O-4			R.G. : 474000 SJ/MT	
C.P.F. : 766.765.601-00			C.P.F. : 349.054.641-53	
SIND. DOS SERV. PUBLICOS FEDERAIS DE MT (0xx65) 3023-9338				

Correios: Começa campanha salarial

Thaís Raeli
Da Reportagem

Começa no mês de agosto mais uma etapa da luta dos trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) que passam a partir de agora a discutir o Plano de Cargo, Carreira e Salário (PCCS) e também dão o pontapé inicial à Campanha Salarial. No mês de julho, foram 18 dias de greve em Mato Grosso e mais de três milhões de correspondências atrasadas no estado devido à paralisação. Os dados são do presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos de Mato Grosso (Sintect), Francisco da Silva Adão.

No mês de julho, a paralisação dos Correios foi impulsionada pelo não cumprimento de um acordo assinado com o presidente Lula, no final de novembro de 2007, o qual teria 90 dias para entrar em vigor. O final da greve se deu porque sindicalistas, a empresa e o ministro das Comunicações, Hélio Cos-

ta, definiram que será pago um adicional de 30% de risco os carteiros. Aos demais funcionários da distribuição e aos atendentes em guichê de agência, a empresa continuará pagando o valor fixo de R\$ 260. Em Mato Grosso, são 1350 trabalhadores e ao menos 10% aderiu à greve. Filiados ao Sintect-MT, a quantidade gira em torno de 700.

Também pelo acordo, os dias parados não serão descontados, mas compensados mediante banco de horas. Com essa conquista, próximo passo é retomar às discussões, na data-base da categoria, dos termos do Plano de Cargos, Carreiras e Salários de 2008. A categoria também foi contemplada com o crédito do vale-refeição (alimentação ou cesta).

Segundo o presidente do Sintect, também conhecido como Chesco, serão oito pontos julgados no PCCS dentro da Campa-

nha Salarial, e o topo da lista de prioridades é o salário inicial, projetado para R\$ 1,190 mil. O piso para os concursados hoje é de R\$603. Além disso, ele explicou que outro ponto crítico é o reinquadramento de pessoas que estão há muito tempo na empresa e estão estagnadas nas funções e nos salários. A pro-

posta trata que financeiramente eles sejam favorecidos. Eles também discutem a falta de paridade dos servidores no enquadramento do PCCS de 1995.

Serviço terceirizado

Em entrevista ao jornal **O Compromisso**, Chesco também abordou outros pontos-chaves dentro da

empresa, como a contratação de mão-de-obra terceirizada, que estaria em torno de 2,5% em Mato Grosso. “Não tem necessidade porque uma pessoa temporária não tem comprometimento com a empresa, nunca se sabe ao certo quem é a pessoa que vem trabalhar e isso pode trazer grandes problemas”, destacou.

tribunal. Não há data para a retomada do julgamento.

“A quebra do monopólio traria concorrência só para o filé. A carta social, que é a mais barata, da população mãos carentes, ninguém iria querer. Essa entrega ficaria para a ECT que diminuiria significativamente sua arrecadação”, disse Francisco Adão.



Foto: Divulgação

Quebra do monopólio

O STF (Supremo Tribunal Federal) analisa, desde novembro de 2003, a quebra do monopólio da ECT na entrega de correspondências. A ação foi proposta pela Abraet (Associação Brasileira das Empresas de Distribuição) e, desde o início do processo, 5 dos 11 ministros do Supremo votaram a favor da manutenção do monopólio.

Um dos ministros votou pela quebra parcial do monopólio (apenas para entregas comerciais), outro pela liberalização do mercado e faltam ainda o voto de quatro membros do

Servidor do Incra é denunciado por racismo

Thaís Raeli
Da Reportagem

A auxiliar administrativa Rosina de Almeida Paiva do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de Pontes e Lacerda denunciou o chefe da unidade, José Augusto, pelo crime de racismo. Junto de duas testemunhas, a servidora registrou um boletim de ocorrência no dia 23 de julho, quando foi iniciado o inquérito.

Rosina é diretora do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) e quer entoar sua indignação para que mais pessoas tenham coragem de denunciar esse tipo de crime: “Os trabalhadores dos setores públicos e privados não po-



dem se sentir reféns da situação em que são vítimas. É preciso ter coragem”.

O fato ocorreu no dia 14 de julho, quando num desentendimento no ambiente de trabalho Rosina ouviu ofensas do tipo “negrinha” e também alguns palavrões. Além disso, ela contou que o preconceito é estendido para todos os negros, já que ela também ouviu José Augusto se re-

ferir a população local como “essa negaiada do Incra”.

Através do advogado Alan Braga e do Sindsep-MT, a auxiliar administrativa se sustenta no fato de que racismo é crime previsto na Constituição Federal de 1988, no qual não cabe fiança e não prescreve nunca. O sindicato orienta que a pessoa que se sentir vítima discriminação

racial deve procurar uma testemunha e dirigir-se a um Distrito Policial, narrar o ocorrido à autoridade e fazer um Boletim de Ocorrência ou um Termo Circunstanciado. Também poderá procurar o representante do Ministério Público para que, se confirmado o crime de racismo, ingressar com as medidas legais cabíveis.

Desde a agressão moral que sofreu, Rosina encontra-se em depressão e passa por tratamentos médicos, conforme relatou. Em sua mente sempre vem a cena em que foi agredida e a frase ouvida: “Sua negrinha, não quero ver mais sua cara aqui. Você vai sumir daqui porque quem manda no Incra sou eu. Vou colocar você à

disposição da superintendência, não quero ver mais sua cara por aqui”.

Apesar do grau de subordinação, tanto vítima quanto indiciado são servidores concursados do Incra. O Sindsep-MT recebe inúmeras denúncias anônimas de trabalhadores vítimas desse e de outros tipos de assédio moral em seus locais de trabalho.

Chefe se defende de acusação

O chefe do Incra de Pontes e Lacerda declarou à imprensa de Mato Grosso que não é verdade as acusações. “Em primeiro lugar eu sou negro, portanto, como é que iria agredir uma pessoa da minha cor? O que aconteceu foi que ela,

sim, agrediu uma outra funcionária, que não é de carreira, ao tentar insinuar que ela foi contratada apenas para limpar o chão. Na verdade ela que foi racista, pois chamou a moça de “branca” e outras coisas mais, só porque a moça é loira e tem olhos verdes. Depois

disso tudo ela desapareceu daqui sem prestar esclarecimentos e o que sabemos é que está em Cuiabá tomando providências. Eu tenho testemunhas, todos aqui sabem e viram o que aconteceu, não fiz absolutamente nada”.

Fonte: Gazeta



Acesse os sites:

www.sindsepmt.org

e

www.jornalistha.com.br

Rua Dr. Carlos Borralho, nº 82, no bairro Poção - Cuiabá-MT
Fone: (65) 3023-6617 ou (65) 3023-9338.

